

Entrevista com Marina Silva

“O que há de mais sustentável no Brasil hoje é a sua própria natureza”

Interview with Marina Silva

“Nature is the most sustainable asset in today’s Brazil”

Por Marta Salomon*

* Jornalista
End. eletrônico: marta.salomon@hotmail.com

ENTREVISTA

SÃO PAULO - Nenhum outro político brasileiro tem seu nome tão vinculado ao desenvolvimento sustentável como Marina Silva. A promoção do desenvolvimento sustentável estava entre as diretrizes de sua passagem de quase cinco anos e meio pelo Ministério do Meio Ambiente. De novo, foi a defesa de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável no país o argumento que usou para justificar a inesperada aliança com o ex-governador Eduardo Campos para disputar a Palácio do Planalto em 2014, depois que a Justiça eleitoral negou o registro ao seu partido, o Rede Sustentabilidade.

Num pequeno intervalo de sua agenda de campanha, Marina Silva criticou o que classificou de retrocessos na agenda ambiental, ainda que as taxas de desmatamento na Amazônia tenham continuado em queda desde o seu pedido de demissão do cargo de ministra. Em 2008, foram desmatados 12.911 quilômetros quadrados de florestas, mais do que o dobro do abate de árvores registrado na última taxa divulgada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no ano passado, de 5.843 quilômetros, o equivalente a quase quatro vezes o tamanho da cidade de São Paulo.

Nesta entrevista à revista Sustentabilidade em Debate, concedida no mesmo apartamento em São Paulo em que receberia a notícia da morte do presidente Eduardo Campos três semanas depois, Marina diz que não é contra, em princípio, a construção de grandes hidrelétricas na Amazônia, onde se encontra o maior potencial de geração de energia do país. Tampouco se opõe à exploração de petróleo do pré-sal. Mas cobra investimentos em energias renováveis e alternativas à energia fóssil.

Marina não vilaniza o agronegócio brasileiro como um todo e colhe em parcela dos produtores rurais empenhada em preservar água e solo, sinais de mudança na

direção de um novo modelo desenvolvimento. São o que ela batiza de “mutações possibilitadoras”, expressão importante no vocabulário da professora de história que se alfabetizou aos 16 anos, depois de sair de um pedaço da floresta, no Acre.

Questionada sobre o que haveria de mais “sustentável” no país, hoje, Marina Silva não teve dúvida. “A natureza”, respondeu rapidamente: “Infelizmente, ainda não fomos capazes de deixar de ser gigantes pela própria natureza para sermos gigantes pela natureza das decisões que tomamos”.

Marina acredita que as mulheres têm uma grande contribuição a dar na solução do que ela chama de “crise civilizatória”. “As mulheres têm uma capacidade muito maior de dividir a autoria, a realização e o reconhecimento dos feitos. E isso, por si só, já é uma forma de fazer com que os grandes problemas que a humanidade está atravessando possam ser tratados com uma lógica diferente”, explica. A entrevista termina com uma provocação à academia.



Foto de Paula Simas de Andrade. Sem data.

Sustentabilidade em Debate. Em palestra sobre os desafios do desenvolvimento sustentável, no ano passado, a senhora disse que estamos vivendo uma crise civilizatória. Do que se trata, exatamente?

Eu costumo dizer que vivemos uma crise que se constitui de várias crises, que é uma crise econômica, social, ambiental, de valores e uma crise política. Essas cinco crises constituem a crise civilizatória. Não é apenas uma grave crise ambiental. No aspecto econômico, desde 2008, observamos economias que até então eram consideradas fortes e imbatíveis, como é o caso dos EUA e boa parte da Europa, começarem a dar sinais de estagnação. Aquilo não foi um fenômeno isolado, é

fruto de um processo que mostra que não é possível manter a prosperidade e a visão de desenvolvimento no mesmo padrão de produção e consumo que a humanidade conhece. A crise social já vem de uma forma crônica e duradoura. Afinal de contas, temos cerca de 2 bilhões de seres humanos que vivem com menos dois dólares por dia. Temos uma crise ambiental, com o esgotamento dos recursos naturais, em vários aspectos: escassez de água, contaminação do ar, contaminação do solo. Temos graves problemas de perda de biodiversidade e o problema das mudanças climáticas, que virou uma espécie de Armagedom da crise ambiental.

SeD. No sentido da urgência da solução que exige?

Sim, é algo que consegue ameaçar o futuro da própria vida do planeta. E, como se não bastasse, a gente tem também uma crise política, que se configura numa busca pela sociedade de ampliar os espaços de participação. Numa população planetária de 7 bilhões de pessoas, as formas de incluir essas pessoas nos processos políticos de tomada de decisão são muito limitadas. Há uma demanda por ampliar os espaços de participação, sobretudo com o advento da internet. Há, por fim, uma crise que eu diria que é também uma crise de valores. E eu não falo isso no sentido moralista da palavra “valores”. Falo no sentido de que, cada vez mais, as relações estão sendo mediadas por uma ética de circunstâncias, que sacrifica os recursos de milhares de anos pelo lucro de apenas algumas décadas, em prejuízo do futuro da humanidade, pelas escolhas que vêm sendo feitas, de forma equivocada, com alto uso de energia, de recursos naturais, que vêm criando uma incapacidade de suporte do planeta. A crise civilizatória é a integração de todas essas crises, e uma crise civilizatória não é fácil de ser enfrentada.

SeD. A senhora tem dito que essa crise não exige apenas uma resposta técnica ou científica, mas pede uma mudança de valores, nos padrões de produção e consumo. Como combinar medidas que exigem longo tempo de maturação com a emergência de uma crise climática?

Você tem de iniciar a jornada. **Eu costumo dizer que o desenvolvimento sustentável não é uma maneira pura e simples de fazer. É uma maneira de ser, uma visão de mundo ou de vida. Isso pressupõe escolhas.** Nossa escolha de continuar apostando em fontes de geração de energia que aumentam a emissão de gases do aquecimento global é a escolha por aprofundar a crise ambiental. **Eu costumo dizer que a mudança nem virá na forma de uma transição demorada, porque não há mais tempo para isso, mas também não virá na forma de uma ruptura abrupta.** Investir em energia limpa demora tempo, exige investimentos e a consolidação das novas tecnologias de geração de energia limpa, renovável e segura, dos novos modelos com geração distribuída. Produzir mais alimentos requer o uso mais intensivo de tecnologia, diminuir o uso de recursos naturais, conservar água, conservar solo, conservar biodiversidade. Tudo isso tem a ver com as escolhas que fazemos e sobretudo com essa ideia de que não será abrupta a mudança nem demorada. Eu diria que é uma espécie de mutação, uma mutação possibilitadora. Quando você encontra as empresas preocupadas com responsabilidade social e ambiental como parte da visão e da missão da empresa, isso já é a mutação. Quando



you look at the agricultural sector and find many already worried about conserving the soil, recovering degraded areas, protecting manna, making an effort so that its production has certification, with traceability of its own production chain, this is already part of this mutation. When you look at social entrepreneurship, which generates new opportunities for improvement of quality of life, investments that are very worried about offering a product and a service of quality and keeping the employment of people, this is already part of this mutation-enabling. I would say that people are living a moment of a species of a dispersing-aggregating, all these initiatives that are slowly transforming into little gravitational points and, around them, you are creating a new alternative, a new surface, a new project of society, which involves culture, vision of the world, new productive projects, new products, new materials.

SeD. Olhando hoje para o Brasil, é possível destacar, entre as escolhas que o país tem feito, qual seria a mais sustentável e a menos sustentável?

O que há de mais sustentável no Brasil hoje é a sua própria natureza. Infelizmente, ainda não fomos capazes de deixar de ser gigantes pela própria natureza para sermos gigantes pela natureza das decisões que tomamos. Mas isso já é uma vantagem comparativa inimaginável, porque o Brasil tem um potencial enorme para ter uma matriz energética limpa, segura, diversificada. É claro que precisa do investimento e do tempo. Se a nossa agenda for sempre a agenda da emergência, nós vamos apostar sempre nos modelos homogêneos, que é hidrelétrica e termelétrica para os momentos de crise dos reservatórios. A energia eólica hoje é tão viável quanto a energia hidrelétrica. É preciso fazer um esforço para a energia solar, é preciso aproveitar o grande potencial de biomassa, tanto do bagaço e da palha da cana de açúcar quanto da economia florestal, que é muito forte no Brasil, inclusive o setor de florestas plantadas. **Ser o país que tem água, sol e terra fértil em grande quantidade já é uma grande vantagem comparativa. É somar essa vantagem comparativa a investimento cada vez maior, mais tecnologia e inovação, para aumentar a produção por ganho de produtividade.**

SeD. E o que o país tem de mais insustentável?

O que a gente tem de mais insustentável é a mentalidade dos que estão comandando a política hoje no Brasil, aqueles que têm a visão de sacrificar os recursos de milhares de anos pelo lucro e o poder de apenas algumas décadas. O Brasil acumulou ganhos ao longo de sua história e hoje, em lugar de avançar, implementando, viabilizando concretamente a legislação que nós já temos, nós estamos retrocedendo no que concerne a florestas, unidades de conservação, terras indígenas, recursos hídricos, vários aspectos. O Brasil deu uma grande contribuição com a redução do desmatamento, graças ao plano de prevenção e combate ao desmatamento, que foi lançado em 2004, mas, com a mudança do Código Florestal e com o atendimento de pressões de uma visão conservadora de setores da sociedade, isso corre sérios riscos. Um exemplo desse retrocesso é o fato de o Brasil ter tido um protagonismo muito grande do ponto de vista internacional na agenda da biodiversidade, quando

ajudou a viabilizar o Protocolo de Nagoya, e agora perde o prazo de ratificação no Congresso. O Brasil muitas vezes tem um discurso totalmente contraditório. Consegue liderar algumas coisas do ponto de vista do discurso, lá fora, e inviabilizar internamente as conquistas que ele mesmo ajuda a alavancar externamente, como é o caso da agenda de florestas, da própria agenda de clima, da agenda de biodiversidade.

SeD. A senhora foi durante cinco anos ministra do Meio Ambiente. Daquela experiência encerrada com a carta de demissão que entregou em maio de 2008, há alguma coisa que, hoje, a senhora gostaria de ter feito e não fez ou que teria feito de outra forma?

Quando assumimos o ministério, estabelecemos quatro diretrizes para orientar a política ambiental do governo. Dessas diretrizes, conseguimos caminhar em muitos aspectos na questão do combate às práticas ilegais, como foi o caso do plano de combate ao desmatamento, que ganhou muito mais força de implementação, a ampliação da capacidade de criação de unidades de conservação, o avanço na agenda de recursos hídricos, com o fortalecimento do plano nacional de recursos hídricos e dos comitês de bacias. Infelizmente, na agenda do apoio às atividades produtivas sustentáveis, isso não avançou significativamente. A ideia de política ambiental transversal enfrentou muitas dificuldades com os ministérios da Agricultura, de Minas e Energia, dos Transportes e, em alguns aspectos, o próprio Ministério de Desenvolvimento. No que estava na nossa governança parcial, conseguimos alguns avanços. **Criar 24 milhões de hectares de unidades de conservação em cinco anos, isso é muito significativo. O grande desafio era o desafio da implementação, que infelizmente, na saída do ministério, ficou para o governo, enfim, essa tarefa, que não vem sendo cumprida.** Outra coisa foi o Serviço Florestal, a nossa visão é que ele deveria ser uma instituição do porte da Embrapa. Temos 61% do território com florestas. É inadmissível que não se tenha uma instituição à altura das florestas que temos para o desenvolvimento econômico florestal do nosso país.

SeD. Eu vou lhe submeter alguns temas e gostaria que a senhora avaliasse a sustentabilidade de cada um. O primeiro deles são as novas hidrelétricas na Amazônia. São ou não sustentáveis?

Eu acho que há uma simplificação muito grande se a gente for fazer uma coisa assim, porque você o complexo do Madeira, pega Belo Monte, o complexo Teles Pires. Tem investimentos que são muito grandes, não tem como dizer se é sustentável ou não é sustentável em uma palavra. Esses empreendimentos têm de ser avaliados caso a caso.

SeD. A senhora não condena as grandes hidrelétricas na Amazônia como um princípio, é isso?

A ideia do uso do potencial de hidroeletricidade do Brasil, do qual 63% se encontram na Amazônia, não pode ser rechaçada puramente do ponto de vista ideológico. É uma oportunidade, tem grandes potencialidades. Mas você tem



de ter um olhar para cada empreendimento e verificar se esses empreendimentos são capazes de resolver os problemas da sustentabilidade não apenas na dimensão econômica, mas também na dimensão social, também na dimensão ambiental. E é claro que vai ter impacto. A questão é: esse impacto pode ser absorvido do ponto de vista das políticas de mitigação, ele é compatível com a preservação das comunidades, dos ecossistemas? Se é, você vai fazer o empreendimento. Se não é, você tem de ter a coragem de dizer que ele não é viável do ponto de vista social, ambiental, cultural, porque envolve populações indígenas, que têm em seus territórios a sua identidade, sua referência no mundo. Então não é uma condenação à priori, é buscar meios para que eles sejam viáveis. E esses meios existem.

SeD. O próximo tema é o volume veículos na frota nacional, que cresce com incentivos fiscais, e gasolina barata. Insustentável ou não?

Eu tenho muita dificuldade nesse tipo de coisa. Ainda mais quando a gente está fazendo uma discussão para uma revista na academia. É claro que nós temos uma lógica no Brasil do carro individual, do uso intensivo de gasolina, com prejuízo inclusive de um programa que era exitoso em relação à emissão de gases do aquecimento global. A política de etanol foi completamente desarticulada pela lógica de valorização de uso do combustível fóssil, com um preço subsidiado. Isso não tem sustentabilidade nenhuma, não tem sustentabilidade econômica, não tem sustentabilidade social, veja a quantidade de empregos que se perdeu em função do desmonte que vem sendo feito da produção de etanol. E não tem sustentabilidade na qualidade de vida das pessoas. **A valorização do carro individual pela isenção tributária que é feita, sem contrapartida ambiental, sem valorizar investimentos para a mobilidade urbana, para que as pessoas possam ter transportes públicos de qualidade, cria uma situação de completa insustentabilidade.**

SeD. A queda nas taxas de desmatamento na Amazônia é sustentável?

Se agirmos para implementar os incentivos e os meios para as atividades produtivas sustentáveis, apostando em aumento de produção por ganho de produtividade, com tecnologia e inovação, é inteiramente sustentável. Inúmeros pesquisadores e organizações da sociedade civil e até mesmo setores de governo afirmam e reafirmam que é possível manter ou dobrar a nossa produção, sem precisar derrubar mais uma árvore. **Se fala em desmatamento zero. Isso é possível. Agora, não basta dizer o que não pode fazer, é preciso criar a nova forma de fazer.** E infelizmente isso não vem sendo feito. É só verificar: o cadastramento ambiental rural previsto pelo Código Florestal não vem sendo feito como deveria. A recuperação das áreas degradadas pode ajudar a gerar empregos. Se investir em tecnologia, inovação e novos modelos produtivos para a pecuária, algo que a Embrapa até já disponibiliza para os produtores, é inteiramente possível e sustentável ter desmatamento zero.

SeD. Exploração do petróleo no pré-sal é sustentável?

Nenhum país do mundo pode hoje prescindir do uso do petróleo. Mas é preciso que uma parte dos recursos produzidos por essas riquezas possa ser investida em novas tecnologias que nos levem a sair da dependência do petróleo.



Foto de Paula Simas de Andrade. Sem data.

SeD. Superação da extrema pobreza é um dos pilares do desenvolvimento sustentável. E no Brasil?

Acho que o Brasil teve ganhos significativos nos últimos 20 anos. Esses ganhos foram aprofundados a partir de 2003, quando, em cima da estabilidade econômica, foi possível ampliar programas de transferência de renda e fazer com que pessoas saíssem da situação de miséria. Além disso, com a ampliação das oportunidades de emprego e com o aumento do salário mínimo, você teve tirou 30 milhões de pessoas da extrema pobreza. O problema é que, hoje, a ameaça da volta da inflação, o baixíssimo crescimento e a elevação das taxas de juros ameaçam os ganhos que já conquistamos. Iniciamos os processos de cuidado às populações vulneráveis, com políticas que eu chamo de primeira geração, que eram baseadas no assistencialismo, na caridade das pessoas. Evoluímos para as políticas de segunda geração, com transferência direta de renda com contrapartidas simples, como a presença do filho na escola e acompanhamento da vacinação, do pré-natal das grávidas. Agora é o momento de darmos um outro passo: os programas sociais de terceira geração, com uma cesta de oportunidades para que as pessoas tenham uma inclusão produtiva, para que, tendo acesso à profissionalização e à escola, as mães do Bolsa Família não se tornem filhas do Bolsa Família.

SeD. Agronegócio no Brasil. Sustentável ou não?



Agronegócio não é uma coisa homogênea. Temos agronegócios no plural. Já temos segmentos do agronegócio brasileiro com a visão de que pode produzir mais utilizando cada vez menos recursos naturais, causando cada vez menos impacto sobre a terra, sobre a água, sobre a biodiversidade, de um modo geral. Esses já estão na vanguarda, procurando fazer o dever de casa, procurando a agricultura de baixo carbono. Existe um setor que ainda tem uma visão retrógrada. A maioria quer fazer da forma certa, mas existe uma minoria barulhenta.

SeD. O debate do desenvolvimento sustentável coloca em xeque as altas taxas de crescimento da economia. No Brasil, no seu entendimento, crescer muito ainda é sustentável?

O Brasil está vivendo baixíssimo crescimento. É claro que um país como o nosso tem um espaço de crescimento significativo. O que deve nos preocupar é a qualidade desse crescimento. Ele está sendo feito no sentido de mudar o modelo de desenvolvimento, de prover melhor qualidade de vida para as pessoas, mais saúde, mais educação, mais segurança pública, mais mobilidade, a geração de empregos duradouros, investimentos que não sejam voláteis, sazonais? **O crescimento precisa ser cada vez mais qualificado, associando a isso a qualidade de vida.**

SeD. Unidades de conservação, criadas sobretudo na sua passagem pelo ministério, e as áreas que não foram indenizadas dentro delas. São sustentáveis?

Bem, as Unidades de Conservação, quando elas são criadas, produzem um efeito positivo do ponto de vista de contenção do desmatamento e da proteção daqueles ecossistemas. Isso é inegável. A redução do desmatamento em mais de 80% nos últimos anos não se deve apenas às políticas de combate às atividades ilegais, se deve também à criação das Unidades de Conservação na frente da expansão predatória. O esforço seguinte é fazer a devida implementação dessas áreas para que se tenha, a partir delas, naquelas que são modalidades possíveis de serem visitadas, no caso dos parques, outros investimentos que favoreçam o turismo voltado à observação das belezas naturais e o turismo científico. A indenização é um esforço que o Estado deve fazer. **Uma boa parte das Unidades de Conservação foi criada em terras públicas, que haviam sido invadidas e, nelas, não há por que buscar indenização.** Nos lugares em que você tinha pessoas de boa fé, com título daquela terra ou que foram assentadas por políticas públicas, aí você tem a indenização. No caso da Terra do Meio, no Pará, por exemplo, em que inúmeras áreas eram invadidas de forma criminosa, essas terras já eram do Estado. É um contrassenso imaginar que se deva indenizar aqueles que, criminosamente, se apropriaram de um bem que é de toda a sociedade e da União.

SeD. Falando especificamente das mudanças climáticas, a senhora está hoje mais ou menos otimista em relação às chances de o planeta conter o aquecimento a dois graus centígrados até 2050?

Bem, **eu costumo dizer, brincando, que não sou nem otimista nem pessimista, mas persistente.** Eu acho que há um esforço que vem sendo feito e eu espero esse debate avance agora em dezembro, em Lima, no Peru. Porque as pessoas estão

tratando Lima como se fosse um intervalo, e deveria ser uma grande oportunidade para que o debate se mantenha vivo da necessidade de, em 2015, na França, se fazer um grande acordo na questão da redução das emissões por todos os países e que se criem os meios para que todos os países possam dar a sua contribuição para essa agenda. Hoje, os Estados Unidos e a Europa, a China, a Índia e o Brasil são grandes emissores. Esses países já devem assumir compromissos de redução. Devem também ser definidos os meios para aqueles que precisam continuar se desenvolvendo, para melhorar a vida das pessoas, se desenvolvam sem que isso signifique repetir os mesmos erros que já praticamos. Eu diria que, se os países do G-20 fizerem o dever de casa, boa parte dos problemas já será resolvida. Me parece que eles têm 80% das emissões. O que não significa deixar o caminho do multilateralismo. Até porque é preciso criar medidas de adaptação nos países mais vulneráveis. E que eles possam contar com tecnologias, inovação, conhecimento e apoio para perseguir novos modelos de geração de energia, novos modelos de uso da terra para produção agrícola, enfim, novas maneira de caminhar. Eu sempre digo que há responsabilidades diferenciadas, mas todos devem ter responsabilidades.

SeD. O princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, tem na senhora uma crítica, não?

É, existe o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, que era usado pelos países em desenvolvimento e os países emergentes para se esconder atrás disso e não ter responsabilidades. **O que eu digo é que todos temos responsabilidades. Todos devemos fazer o dever de casa. Porque não há uma separação lá em cima, na atmosfera, se as emissões são de país desenvolvido ou país emergente.** Então eu já estou dizendo que países como Brasil, China, Índia, todos temos que ter as nossas responsabilidades e uma agenda de redução de emissões.

SeD. A Política Nacional sobre Mudanças do Clima, com metas voluntárias setoriais, já não significa que o Brasil faz a sua parte?

Desde que seja adequadamente implementada. Ter uma política de mudança climática, ter um plano de mudança climática, isso foi uma conquista importante a partir de Copenhague, quando o Brasil se comprometeu com metas, graças ao esforço que foi anteriormente de redução de desmatamento, sem o que talvez nem fosse possível hoje ter essas políticas. O problema é a implementação, que precisa ter continuidade, inclusive se refletindo na redução das emissões no setor energético, das emissões pelo uso da terra, que hoje já são, digamos assim, os maiores agentes do aquecimento.

SeD. Esta edição da revista Sustentabilidade em Debate dedica um dossiê ao tema Mulheres e Sustentabilidade. A senhora acha que o gênero faz alguma diferença na hora de encarar o tema da sustentabilidade?

As mulheres têm sim uma grande contribuição a dar neste século de crise civilizatória. **Aliás, a integração do olhar feminino, da sensibilidade, da intuição,**



da lógica do cuidado e do acolhimento talvez possa fazer a diferença em substituição à visão mais cartesiana do mundo. As mulheres têm uma capacidade muito maior de dividir a autoria, a realização e o reconhecimento dos feitos. E isso, por si só, já é uma forma de fazer com que os grandes problemas que a humanidade está atravessando possam ser tratados com uma lógica diferente. Em vez de ser feito dos governos e das empresas para as pessoas, ser feito com as pessoas. Eu acho que essa é uma lógica do feminino, que ajuda muito. A sensibilidade que a visão feminina tem, de poder ser mais inclusiva, ter mais disposição para o diálogo. Isso, obviamente, quando você assume de fato a condição feminina. Porque existem muitas mulheres que ainda insistem em ser uma espécie de caricatura da visão cartesiana, sem entrar aqui em juízo de valor. Acho que isso moveu a humanidade até agora. **A humanidade veio meio que manca, muito firmada em milhares de anos na perna do masculino. Agora não é atrofiar a perna do masculino e agigantar a do feminino, eu digo que podemos buscar um equilíbrio das duas pernas.**

SeD. Essa visão mais feminina, mais sensível, não está em contradição com a ciência? Qual seria a contribuição da academia?

Eu acho que a academia é sempre um espaço importante para a inovação, a inovação de ideias, a inovação tecnológica. **A academia tem seus paradigmas, e obviamente existem momentos, que são aqueles momentos de viragem, em que os paradigmas têm de abrir espaço para os paradoxos.** E a academia deve estar aberta para os paradoxos. Quando ela faz isso, consegue avançar tanto na criação de novos ideais identificatórios, que a crise civilizatória exige da humanidade, quanto no estabelecimento de novos projetos identificatórios, mas tendo sempre em mente que, cada vez mais, há necessidade de diálogo de saberes, como diz o Edgar Morin. **Não há como ter uma supremacia, pura e simples, do conhecimento científico em prejuízo de outras formas de conhecimento, principalmente das populações tradicionais, que têm saberes associados a recursos naturais. Nesses momentos de crise, deixar um pouco de lado os paradigmas que nos engessam no mesmo leito é uma grande contribuição possível da academia. Conseguir uma abertura maior para outros olhares, outras formas de ser, pensar e estar no mundo.**

PERFIL

Foi uma hepatite, combinada ao desejo de ser freira, que tirou Marina Silva de um seringal no Acre, aos 16 anos, idade em que foi alfabetizada pelo antigo Mobral. O plano de ser freira foi trocado, nos anos seguintes, pela política. Dos “empates”, como eram chamados os atos de resistência ao desmatamento nos seringais do Acre, Marina – hoje com 56 anos - passou a liderar a luta contra o desmatamento na Amazônia, que superou 27 mil quilômetros quadrados no primeiro ano de sua passagem pelo Ministério do Meio Ambiente do governo Lula. A defesa da floresta como senadora e como ministra lhe garantiu projeção internacional, reconhecida desde 2007 pelo prêmio da Organização das Nações Unidas “*Champions of the*

Earth". Marina Silva se graduou em História e estudou também Teoria Psicanalítica e Psicopedagogia antes de se tornar uma referência no debate do desenvolvimento sustentável. Em seu discurso, a ciência caminha ao lado do conhecimento tradicional ao dar forma ao que chama de "crise civilizatória", por exemplo. O discurso e a militância lhe renderam quase 20 milhões de votos no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010, quando se candidatou pelo PV. Com a bandeira do desenvolvimento sustentável, no momento desta entrevista, em julho de 2014, quando falou à revista, Marina ainda concorria ao Planalto no posto de vice.

*Marta Salomon é jornalista especializada na cobertura de políticas públicas e atualmente é aluna de mestrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, onde desenvolve pesquisa sobre a implementação do Código Florestal. Além de repórter especial da Folha de São Paulo, foi chefe da redação da sucursal da Folha em Brasília. Também trabalhou em O Estado de São Paulo e dirigiu a sucursal da revista IstoÉ. Hoje, prefere dedicar-se a grandes reportagens e prepara um livro sobre a Amazônia. Não acredita que a questão do gênero faça diferença no debate da sustentabilidade.

